

CLIPPING IMPRESSO

28/10/2021



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	1 - 2
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DECISÕES.....	3
3. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	
3.1. PRECATÓRIOS.....	4 - 6
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	7
4.2. FALECIMENTO.....	8 - 11
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	12
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DESEMBARGADOR.....	13 - 14
6.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	15

TJMA lança rede de apoio a egressos(as) do sistema prisional no Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão – por meio da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF/TJMA) – promoveu a solenidade de lançamento oficial da Rede de Apoio às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (RAESP), nessa quinta-feira (21), no Fórum de São Luís (Calhau). O evento contou com a presença de diversas instituições.

A RAESP é composta por pessoas físicas e jurídicas, que desenvolverão suas atividades na dimensão individual ou coletiva, com abrangência em todo o Estado do Maranhão, atendendo à Resolução nº 307/2019, de 17 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aprovou a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional.

O desembargador Vicente de Paula Gomes, representando no ato o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, enfatizou a importância histórica e social do momento para o Maranhão.

“É uma honra realizarmos o lançamento da Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, aqui, no Maranhão. É um momento extremamente importante para todos nós, instituições, sociedade civil organizada e pessoas egressas. A

RAESP irá tentar amenizar a distorção histórica e social existente em relação aos egressos, sobretudo a população negra e menos favorecida, a mais alcançada pela justiça criminal, infelizmente. Afinal, mesmo libertas, essas pessoas carregam consigo preconceito e discriminação da sociedade”, pontuou.

O juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi, enfatizou a relevância da iniciativa de vanguarda no Maranhão, no âmbito da justiça criminal e do sistema prisional. Segundo o magistrado, o Maranhão é o primeiro Estado do Nordeste a implantar a RAESP.

“Participamos, hoje, de um momento bastante significativo que evidencia o quanto o Maranhão está engajado em realizar justiça social e penitenciária, se destacando em todo o país. O Estado maranhense é marcado por essas ações de vanguarda, se reinventando, agindo e se emprestando como exemplo para a nação, mesmo em meio às dificuldades. É protagonista! Parabéns a todos os Poderes e instituições presentes pelo lançamento da RAESP e pela atuação no Estado,

trabalhando sempre por um Maranhão mais inclusivo, justo e fraterno”, disse.

O magistrado do CNJ também elogiou a atuação da UMF no Estado. “A UMF do TJMA, hoje, é uma importante força que se apresenta para o Brasil. Um órgão muito bem representado pelo desembargador Marcelo Carvalho, pelo juiz Marcelo Moreira e equipe, que têm continuado o legado deixado pelo desembargador Froz Sobrinho e o juiz Fernando Mendonça”, afirmou.

O juiz coordenador geral substituto da UMF/TJMA, Marcelo Moreira, ressaltou a relevância da iniciativa para a Justiça maranhense, as instituições, a população egressa e toda a sociedade.

“Hoje é um dia muito especial, em que o Poder Judiciário, o Estado e a sociedade civil voltam o seu olhar para aqueles que, na maioria das vezes, são esquecidos. Hoje, estamos cumprindo o nosso dever, conforme a Lei de Execuções Penais, recuperando a vida de quem um dia se perdeu. O mesmo Estado que impõe a sanção também precisa oferecer uma nova oportunidade aos cidadãos egressos. E os primeiros beneficiados seremos todos nós! A RAESP tem essa importante finalidade. Afinal, não construímos nada sozinhos”.

O magistrado também falou sobre a importância da atuação da UMF no Estado junto ao sistema. “A UMF, sob o comando do desembargador Froz Sobrinho, teve uma atuação muito presente junto ao sistema. Hoje, sob a coordenação do desembargador Marcelo Carvalho, estamos consolidando essa condição, abrindo novas frentes e cumprindo com o nosso papel”, frisou.

O juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA), Márcio Brandão, representando o corregedor-geral de Justiça, desembargador Paulo Velten, no ato, também ressaltou a importância do momento.

“É uma satisfação muito grande participar deste evento. Quero transmitir a todos e a todas o empenho da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/MA) para efetivação do programa da RAESP, muito bem concebido e elaborado por todos os órgãos e entidades aqui presentes”, afirmou.

O evento contou com a presença do desembargador Froz Sobrinho (ex-coordenador geral da UMF/TJMA); juiz Fernando Mendonça (ex-coordenador substituto da UMF); secretário de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado, Francisco Gonçalves, além de representantes de diversas instituições parceiras.



Detinha defende o marido Josimar e fala em perseguição política

A deputada estadual Detinha (PL) endossou, nesta terça-feira, 26, o discurso do marido, o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL), de que ambos teriam sido alvo de perseguição política na Operação Maranhão Nostrum, do Gaeco e da Polícia Civil, que os acusa de participar de um esquema que pode ter desviado até R\$ 159 milhões em recursos públicos destinados a prefeituras ligadas ao grupo.

A parlamentar falou sobre o assunto em pronunciamento na Assembleia Legislativa e foi apoiada pelos deputados Hélio Soares, Leonardo Sá e Vinícius Louro, todos da bancada do PL na Casa.

O deputado César Pires (PV) solicitou posicionamento público da Procuradoria da Mulher da Assembleia em defesa de Detinha.

SUSPENSÃO

Os atos referentes à

Operação Maranhão Nostrum estão suspensos desde a sexta-feira passada, 22, quando desembargador Antônio Bayma Araújo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, concedeu liminar em mandado de segurança protocolado pelos advogados do ex-prefeito de Araguañã Valmir Amorim (PL), também alvo da ação, e anulou a decisão do juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinando a paralisação de toda a investigação. Ele também determinou a devolução de bens apreendidos.

O argumento é o de que a competência para julgar o caso seria do próprio TJ, uma vez que Josimar era deputado estadual quando dos fatos investigados.

A decisão vale até o julgamento do mérito do mandado de segurança impetrado pela defesa do parlamentar.



A DEPUTADA DETINHA TAMBÉM ACHA QUE TEM DEDO DE FLÁVIO DINO NA OPERAÇÃO MARANHÃO NOSTRUM

NOTAS E INFORMAÇÕES

A desfaçatez da PEC dos Precatórios

Com a PEC 23/21, o Congresso articula aumentar o Fundo Eleitoral para R\$ 5 bilhões e incluir emendas de relator no valor de R\$ 16 bilhões



O governo de Jair Bolsonaro tem tratado a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 23/21, que limita o pagamento dos precatórios, como se fosse medida imprescindível para as finanças estatais e o funcionamento dos serviços públicos. A realidade é, no entanto, muito diferente. Enquanto o Executivo federal tenta vender a ideia de que seria imprescindível dar um calote nas dívidas reconhecidas pela Justiça – afinal, é disso que trata a PEC dos Precatórios –, o Congresso articula aumentar o Fundo Eleitoral de R\$ 2 bilhões para R\$ 5 bilhões, além de incluir emendas de relator no valor de R\$ 16 bilhões.

Eis a desfaçatez completa com o Direito e o interesse público. O governo de Jair Bolsonaro acionou um meio excepcionalíssimo (propõe mudar a Constituição) para que seja autorizado a não cumprir obrigações reconhecidas pela Justiça. Pretende, assim, institucionalizar da forma mais solene possível o calote. O descaramento, no entanto, não termina aí. A ideia negociada no Congresso é usar o dinheiro “poupado” pelo calote em campanhas eleitorais e emendas parlamentares.

Como se observa, a PEC dos Precatórios não é ruim apenas em razão dos meios utilizados, ao dar autorização para que o Estado não cumpra uma de suas obrigações mais básicas, que é pa-

gar os credores. A medida é profundamente equivocada também em razão de seus fins. A depender das negociações em curso no Congresso, o dinheiro do calote servirá não somente para distribuir dinheiro aos famintos – que é o pretexto oficial do drible nos credores –, mas para saciar a voracidade eleitoral de partidos e políticos fisiológicos.

Trata-se de apropriação abusiva por parte do Estado de recursos dos cidadãos e empresas. Deve-se recordar que o pagamento de precatórios não está na esfera de decisão do poder público. É uma obrigação reconhecida pela Justiça. Ou seja, um governo que se preocupa com fortalecer a segurança jurídica – isto é, um governo que não ignora que a existência de um ambiente de negócios com regras previsíveis é condição indispensável para o desenvolvimento social e econômico do País – não propõe, tampouco faz qualquer movimento para alterar o pagamento de precatórios.

Assim, com a PEC dos Precatórios, o presidente Jair Bolsonaro contraria, da forma mais incisiva possível, seu discurso de campanha, em que prometeu destravar a economia e dar um novo dinamismo aos negócios. É impossível estimular a economia com alteração das condições de pagamento de precatórios. No caso, não se pode sequer dizer que seria uma alteração das regras com o jogo em andamento. Trata-se de

mudança das regras – e do resultado – com o jogo já finalizado. Perante um governo que ignora suas responsabilidades, é preciso recordar a realidade mais básica: todo precatório é resultado de decisão judicial transitada em julgado, sem possibilidade de recurso.

Nessa história absurda – a tentativa de criar na Constituição uma exceção para que o Estado não cumpra decisão judicial, aproveitando o dinheiro “poupado” com o calote para campanha eleitoral e emendas de relator –, há ainda outro grave defeito. Não é apenas que o Estado deveria cumprir suas obrigações judiciais, que recurso público não deveria ser destinado a partido político e que emenda de relator não deveria existir. O pagamento de precatórios representa o retorno de dinheiro que estava indevidamente nas mãos do Estado à sociedade – às pessoas físicas e jurídicas credoras daquelas obrigações.

Além da evidente questão relacionada à justiça – num Estado Democrático de Direito, o poder público não pode se apropriar à margem da lei de recursos dos cidadãos e das empresas –, esse movimento de retorno dos recursos financeiros à sociedade é de extrema relevância para a economia, para os investimentos, para a produtividade nacional. Não há nenhum sentido em literalmente queimar o dinheiro do credor privado – que poderia usá-lo, por exemplo, para empreender ou investir – com campanha eleitoral ou emenda de relator. A PEC dos Precatórios merece ser rejeitada. Além de injusta, vai-se configurando como caminho para uma utilização completamente irracional e contraproducente dos recursos nacionais. ●

Congresso Votação travada

Novos impasses arrastam PEC dos precatórios

Bancadas divididas, pressões de Estados e dúvidas sobre quórum abrem espaço para articulações por mais mudanças no texto

.....

IDIANA TOMAZELLI
ADRIANA FERNANDES
ANNE WARTH

BRASÍLIA

.....

A decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), de retomar as votações presenciais nesta semana dificultou o avanço da PEC dos precatórios, essencial para o governo lançar o Auxílio Brasil turbinado a R\$ 400 e os parlamentares faturarem um valor maior de emendas no Orçamento de 2022. Congressistas não retornaram a Brasília e, sem poder marcar presença a distância, desfalcaram o quórum necessário para que o texto fosse à votação com segurança de um placar favorável.

Até as 21h, governistas contavam os votos para ver se seria

possível votar a PEC hoje, o que muitos consideram improvável. Caso fique para a semana que vem, o cenário é mais delicado, pois há feriado e o presidente da Câmara e seu vice, Marcelo Ramos (PL-AM), viajarão para a COP-26.

Em meio ao impasse em relação ao quórum, cresceram as articulações por mudanças no texto da PEC, que hoje limita o pagamento dos precatórios (dívidas judiciais) e altera a correção do teto de gastos, regra que impede aumento de despesas acima da inflação.

A principal mudança seria a retirada dos precatórios do Fundef do teto de gastos. Trata-se de uma dívida de pouco mais de R\$ 15 bilhões com Estados, entre eles Bahia, Ceará e Pernambuco (comandados por partidos de oposição ao presidente Jair Bolsonaro), decorrente de repasses a menos feitos no passado ao fundo de educação básica. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), ligou para deputados para intensificar o corpo a corpo.

VOTOSEM FALTA. O relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), tem defendido seu parecer, mas se mostrou aberto a negociações. Além da oposição, até bancadas que costumam votar com o governo estão divididas. Aliados do governo admitem que, sem resolver o impasse do Fundef, pode faltar voto. Hoje, o cálculo é que estão assegurados 240 a 250 votos pela aprovação da proposta. Um acordo em torno dos recursos para Estados poderia garantir outros 60 a 80 votos.

O **Estadão** apurou que, em reunião virtual de bancada, o MDB decidiu votar contra. O PSDB está rachado. Além do Fundef, pesa o risco de desfiguração do teto de gastos, com nova fórmula de correção.

Até o início da noite, os ministros João Roma (Cidadania) e Ciro Nogueira (Casa Civil) buscavam uma saída. Eles se reuniram com Lira, Motta e outros congressistas. “Meu apelo é que Congresso possa apreciar essa matéria para não faltarmos com 17 milhões de brasileiros”, disse Roma. ●

Perguntas & Respostas



A origem e as mudanças na PEC dos precatórios

O que era?

Foi apresentada para resolver o “meteoro” de R\$ 89,1 bi de precatórios em 2022

O que se tornou?

Numa porteira aberta para as demandas políticas-eleitorais com a justificativa de garantir o auxílio de R\$ 400

O que muda para os precatórios?

Muda a forma de pagamentos fixando um teto anual dessas despesas e postergando o restante para os anos seguintes. Permite que R\$ 50 bilhões sejam pagos depois ou negociados com desconto ou em troca de ativos com despesas fora do teto

O que muda no teto?

O teto de gastos sobe de forma permanente com a mu-

dança na correção. Ele é corrigido hoje por inflação em 12 meses até junho do ano anterior ao da vigência.

Com PEC, a correção seria de 12 meses até dezembro anterior, o que pode ficar entre 9% e 10%. Anos anteriores também serão recalculados, o que abre, sozinho, espaço de ao menos R\$ 40 bi no teto para gastos como emendas de relator

O que ganham os prefeitos?

Um Refis para parcelar dívidas previdenciárias com descontos. Um jabuti no texto

O que ganham os governadores?

Securitização de dívida ativa, demanda antiga

Quanto a PEC abre de espaço para gastar mais em ano eleitoral?

É uma incógnita. Governistas falam em R\$ 83 bi, mas especialistas afirmam que pode superar R\$ 94 bi

ZONA RURAL DE SÃO LUÍS

Justiça evita despejo de 110 famílias na Ilha

Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) atua no STF e no TJMA para evitar a retirada de 110 famílias que vivem na zona rural de São Luís

Com a assistência da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), 110 famílias residentes nas comunidades Álvaro Verde e Nova Vida, no km 9 da BR-135, na região da Zona Rural de São Luís, puderam permanecer nas terras onde residem há três anos.

Os ocupantes da área em questão na Justiça estavam prestes a serem despejados do local, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal de Justiça do Maranhão proferiram decisões favoráveis à suspensão da ação de reintegração de posse do terreno, atendendo a pedidos da DPE/MA.

A vitória dupla foi bastante comemorada pelo defensor público titular do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, Marcus Patrício Monteiro, que

buscou os meios processuais disponíveis para derrubar a decisão anterior, que prejudicava as comunidades Álvaro Verde e Nova Vida.

“Mais uma vez cumprimos com a nossa missão de proteger os direitos de populações vulneráveis. E neste caso, fomos atendidos em duas instâncias, o que demonstra a legitimidade dos nossos pedidos”, destacou Marcus Patrício.

Decisões judiciais

No caso do STF, a medida liminar, decorrente da reclamação constitucional nº 50.154, foi deferida pela ministra Carmem Lúcia, suspendendo a decisão do juiz que determinou a retirada dessas famílias das terras que ocupam as margens da BR-135.

A reintegração de posse deveria ser

cumprida na manhã da última terça-feira (26).

Paralelamente, a Defensoria Pública manifestou-se no Agravo de Instrumento de nº 0818452-74.2020.8.10.0000, no âmbito do TJ-MA, com o mesmo intuito de garantir a permanência das famílias no local, obtendo decisão favorável proferida pela desembargadora Ângela Salazar.

A líder comunitária Tereza de Sousa Romão, de 62 anos, é só elogios para a atuação da Defensoria Pública estadual. “Se não fosse o defensor público, hoje estaríamos no meio da rua, sem ter para onde ir. Neste momento tão difícil para as nossas comunidades, somente a Defensoria esteve junto com a gente, defendendo os nossos direitos”, destacou a moradora de Álvaro Verde.



Como se escreve sobre o fim de uma pessoa?

EDIMILSON SANCHES

Escritor e membro do IHGC

Do começo.

Do começo do fim.

A morte não é uma ocorrência isolada — é uma soma delas. O caxiense Arthur Almada Lima Filho faleceu neste 27 de outubro de 2021, em São Luís (MA), onde há dias estava internado no Hospital São Domingos.

Ao longo de sua longa vida, de ricos 92 anos e 10 dias, superou momentos difíceis, de traumático acidente automobilístico em Caxias a até ameaças e possibilidade de iminente prisão em (des)razão de um Inquérito Policial-Militar, quando juiz de Direito na capital maranhense.

Após queda em uma calçada em 07/10/2021, há exatos 20 dias, após visita e almoço em casa de uma grande amiga dele e de sua Família, Arthur Almada foi no mesmo dia atendido por profissional de saúde, que recomendou São Luís, como centro próximo mais avançado nessa área de atendimento médico especializado, pois acreditava haver lesões na bacia (quadril). Transportado de UTI aérea, já na capital maranhense foi realizada uma série de exames, que confirmou fraturas no quadril, as quais depois se revelaram de menor gravidade, mas exigindo de dois a três meses em casa, com os devidos acompanhamento e cuidados, para reconstrução. Um alívio.

Em seguida, ainda no hospital, surge ou reaparece uma bronquite, inflamação nos canais que, como prolongadores da traqueia, conduzem ar para os pulmões. Submetido a tratamento, Arthur Almada apresenta melhoras e tem alta. Vai para sua residência, em apartamento de São Luís. Em um ou dois dias surgem outros problemas, como sangramento interno e falta de apeti-

te. Inicialmente de difícil localização, descobre-se que a origem do sangramento era no duodeno, parte inicial do intestino. Surgem ou agravam-se dificuldades respiratórias. Aí vem uma conexão com o passado: o grave acidente de carro em Caxias, ainda quando jovem adulto, teria deixado, entre as sequelas, problema em um dos lados do diafragma, músculo que separa o abdômen do tórax. E Arthur viveu os tempos mais ricos e produtivos de sua vida sem maior ou nenhum problema, sem que tivesse oportunidade de ser alertado disso, pois, como o diafragma é o principal responsável pela respiração nos seres humanos, nestes últimos dias ele estava sendo mais necessário ou exigido em sua integridade.

O certo é que a indesejável batia à porta. Como maior autoridade do que sentia em seu próprio corpo, e senhor de suas emoções, o grande caxiense ainda expressou seu temor ou certeza: “ — Mira, eu vou morrer” ou “ — Mira, estou morrendo”, exclamava Arthur para a esposa, professora Miramar. A conjugação de órgãos, músculos e o que mais se interliga para o adequado processo respiratório se foi enfraquecendo, a frequência cardíaca cai — 115... 76... sobe para 80... cai novamente —, chamamentos aflitos, urgente intervenção médica naquele paciente...

O inevitável estampa-se no rosto dos profissionais de saúde e Arthur Almada Lima Filho, respirando como um pássaro — leve e pouco —, morre com a cabeça aninhada entre as mãos de uma neta médica, filha do primeiro filho, que lhe herdou o nome como ele, Arthur Filho, havia herdado do pai igualmente grande magistrado.

Na solidão de uma UTI, os primeiros raios de sol saíam de lá de fora o último fôlego do dedicado homem do Direito e da Justiça, da Educação e da Cultura, da Administração e da História, filho com grande Amor e Orgulho pelas coisas e causas da terra em que nasceu e para qual, em sentimento, palavras e trabalho, tanto se doou — Caxias.

Arthur vai para o Alto.

Arthur agora voa.

Ave, Arthur!

ARTHUR ALMADA LIMA FILHO

(+17/10/2021 — * 27/10/2021)

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Perda (1)

O desembargador Arthur Almada Lima foi meu primeiro chefe em O Imparcial, antes do jornalista Pedro Freire. Com ele, estive também na Academia Caxiense de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias. Deixa imenso vazio na cultura de nossa princesa do Sertão.

Perda (2)

Em 1973, quando era repórter fotográfico de O Imparcial recebi convite para trabalhar em São Paulo em jornais: Diário da Noite e Diário de São Paulo, dos Associados. Avisei Dr. Arthur que iria aceitar, em razão do salário. Ele disse: “Vá, se não gostar, sua vaga fica”. E ficou, dois anos e meio depois, voltei e fiquei.



PERDA

Morre Arthur Almada Filho aos 92 anos

RAIMUNDO BORGES

Diretor de Redação de O Imparcial

Vítima de problemas cardiorrespiratórios, faleceu na madrugada de ontem em São Luís, o professor Arthur Almada Lima Filho, desembargador aposentado, escritor, pesquisador da História e da Cultura caxienses. Foi também fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias. Há dez dias, ele completou 92 anos, mas levou uma queda em Caxias ao descer do carro e fraturou a bacia e sua situação de saúde se agravou.

Ainda em Caxias, seu estado de saúde agravou-se e ele foi transferido para o Hospital São Domingos, onde passou por exames, quando foi constatado que havia hemorragia interna. Os médicos conseguiram estancar, mas foi por pouco tempo. Depois de ligeira melhora, chegou a voltar para casa, mas terça-feira seu estado piorou, retornando ao hospital, onde não resistiu às tentativas de recuperá-lo. Morreu com problemas cardiorrespiratórios. O corpo foi cremado na tarde de ontem em São Luís.

Como juiz de direito, Artur Almada Lima chegou a ser colocado em disponibilidade no regime militar de 1964, tendo, posteriormente, recuperando na Justiça, o direito de voltar à magistratura. Nesse período ele foi diretor do Jornal O Imparcial, a convite do jornalista José Pires de Saboya. No começo da década de 1970, quando assumiu a direção da empresa Pacotilha, Arthur Almada ainda dividiu as funções com o jornalista e superintendente Adirson Vasconcelos.

Foi à época em que o jornal dos Diários Associados experimentou enormes avanços editoriais e gráficos. Almada Lima Filho saiu do jornal foi eleito e nomeado pelo governador Nunes Freire, presidente da Federa-

ção das Escolas Superiores do Maranhão (Fesma), cuja instituição foi posteriormente transformada na Universidade Estadual do Maranhão.



Mesmo assim, Almada Lima continuou por muitos anos dando a sua contribuição a O Imparcial até o seu retorno à magistratura, sendo eleito desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, cargo no qual foi aposentado. Mas a aposentadoria não o colocou fora da atividade que ele mais exerceu na vida: de educador tanto em Caxias, sua terra natal, quanto em outros municípios. Tinha a imensa grandeza de espírito, de luta pela educação, pelas suas ideias e pelas pesquisas, as quais ele deixa um imenso legado.

No dia em que Arthur Almada Lima completou 92 anos, em 19 deste mês,

o escritor e acadêmico Edimilson Sanches, um dos intelectuais mais próximos do aniversariante, escreveu uma cônica em que disse: “Arthur Almada Filho, homem acusado em inquérito policial militar de ser invulgarmente culto” além de ser “perigosamente inteligente”. Sanches relatou que ele passou o aniversário internado em hospital, se recuperando de um “susto” da queda e de uma bronquite quando simultânea.

Para Edimilson Sanches, Arthur Almada Lima Filho passou por uma situação incomum ao “ser indiciado num inquérito policial militar (IPM), quando na época (da ditadura militar) o destemido caxiense era um intímido juiz de direito em São Luís, quando chegou a ser ameaçado de morte a pauladas”. No relatório estrambelhado do tal inquérito, que Arthur Almada nem gostava de falar sobre, foi classificado pelos investigadores de “invulgarmente culto e perigosamente inteligente”.

Não sem motivo, Almada Lima era membro fundador da Academia Caxiense de Letras; criador, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, o qual foi instalado na antiga estação do trem São Luís-Teresina, num dos projetos mais garbosos do Maranhão.

Ele deixa cinco filhos e nove netos e viúva (em segundas núpcias), a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva (UEMA). O corpo foi cremado na Pax União e as cinzas, a pedido dele, manifestado há muito tempo, serão lançadas no Morro do Araim, perto da BR-316. O local era onde Arthur brincava com irmãos e amigos na infância, que ele viveu no bairro Ponte. Até hoje a sua casa de estilo arquitetônico histórico, à beira do Riacho Inhamum, permanece bem preservada.

Justiça institui campanha em combate à violência sexual infantil em Balsas



Divulgação: MPMA

A solenidade de lançamento aconteceu na Unibalsas

O Poder Judiciário do Maranhão e o Ministério Público Estadual (MPMA) lançaram a campanha “Bela Infância”, no município de Balsas (MA), com a assinatura de carta de compromisso em prol do cumprimento do protocolo integrado de atenção às crianças e adolescentes, na universidade Unibalsas.

O presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), desembargador José Ribamar Castro, representou a Corte Estadual de Justiça. “É prioridade absoluta enfrentarmos a exploração sexual de crianças e adolescentes, propiciando o amparo e o respeito à dignidade das vítimas dos abusos”, afirmou.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau ressaltou o esforço conjunto das instituições em defesa da dignidade das crianças e adoles-

centes de Balsas. “Todas as instituições trabalhando com afinco, ao lado da sociedade, irão colaborar para a redução dessa violência absurda contra aqueles que serão o futuro do país”, enfatizou.

A solenidade contou com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Balsas), Defensoria Pública do Estado, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, CREAS, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Balsas.

Na ocasião, o desembargador Ribamar Castro reuniu-se, ainda, com o juiz Rafael Felipe de Souza Leite (titular da 3ª Vara de Balsas), a juíza Nirvana Maria Mourão Barroso (Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas) e a equi-

pe multiprofissional do Fórum, para dialogar sobre as questões atinentes à área e discutir possíveis ações em conjunto, visando fortalecer os projetos da CIJ no Sul do Maranhão.

CARTA-COMPROMISSO - Durante o evento, o juiz Douglas Lima da Guia fez a leitura da carta-compromisso e do protocolo integrado de atenção às vítimas de violência sexual, pelo qual as autoridades signatárias comprometem-se a fazer cumprir o referido protocolo, “efetivando-se medidas concretas de implementação, manutenção e efetivação da garantia de direitos”.

A carta foi assinada pelos representantes das instituições parceiras, que são: o prefeito Erick Augusto Silva; vereador Moisés Coelho (presidente da Câmara de Vereadores); o

defensor público Magdiel Pacheco Santos (do Núcleo da Criança e do Adolescente); advogado José Afonso Bezerra Júnior (pres. da subseção da OAB); inspetor Marcelo José da Silva (da 5ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal); delegado regional da Polícia Civil Fagno Vieira; major Willys do Nascimento (comandante do 4º Batalhão de Bombeiros Militar); Miza-el Martins (comandante da Guarda Municipal de Balsas) e o conselheiro tutelar Jango Ferreira.

CONCURSO ARTÍSTICO-LITERÁRIO - Durante a solenidade estudantes de escolas da rede municipal de Balsas foram premiados pelos seus trabalhos de redação, músicas, poesias e outras manifestações artísticas com enfoque sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Participaram da premiação alunos na faixa etária de 10 a 14 anos das escolas Eliezilda Coelho Rocha, Agostinho Neves e Raimundo Pereira da Silva (zona rural do município). Os escolhidos receberam notebooks como prêmio.

ALERTA - Conforme o alerta do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), devido à crise de saúde causada pela Covid-19 e ao fechamento de escolas e outros locais, as crianças estão mais vulneráveis à violência durante a pandemia. Por consequência, o número de denúncias também diminuiu. (*Agência TJMA de Notícias*)

Últimas Notícias

Arthur Almada Lima morre em São Luís aos 92 anos

Vítima de problemas cardiorrespiratórios, o desembargador aposentado Arthur Almada Lima Filho faleceu em São Luís, na manhã desta quarta-feira (27). Educador, escritor, pesquisador da História e Cultura caxienses, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC), Almada Lima Filho tinha 92 anos de idade.

Ele deixa cinco filhos e nove netos e viúva (em segundas núpcias), a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva, da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

Arthur Almada Lima Filho nasceu em Caxias (MA), em 17 de outubro de 1929. Foi jornalista, promotor de justiça, juiz de direito e desembargador. Atuou também como professor, escritor, pesquisador e foi presidente fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, instituição fundada em 2003. No IHGM, era ocupante da cadeira N° 57, patroneada pelo professor e pesquisador, fundador do Instituto Histórico do Maranhão, o engenheiro José Eduardo de Abranches Moura. Era membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) desde 2012.

“É com imenso pesar que recebemos a notícia do passamento, hoje, do nosso membro efetivo, Dr. Arthur Almada Lima Filho. Era um amigo leal e companheiro nas lides do IHGM; da história e cultura do Maranhão. Almada Lima deixa um legado memorável para Caxias e para todo o Maranhão, nos campos do direito, das letras, da educação e da história caxiense. Neste momento difícil, nos solidarizamos com os familiares e amigos”, destacou o presidente do IHGM, Euges Lima.

Arthur Almada Lima morre em São Luís aos 92 anos

Vítima de problemas cardiorrespiratórios, o desembargador aposentado Arthur Almada Lima Filho faleceu em São Luís, na manhã desta quarta-feira (27). Educador, escritor, pesquisador da História e Cultura caxienses, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC), Almada Lima Filho tinha 92 anos de idade.

PÁG.12

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 60/2021 Processo nº 19701/2021		
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS CONTINUADOS de abastecimento de água potável através de caminhão-pipa; Abertura: 14/11/2021 às 14:00h (horário de Brasília); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br ; Fone: (98) 3261-6194. São Luís/MA, 26 de outubro de 2021. Thiego Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.		

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE REABERTURA COM PRAZO Pregão Eletrônico nº 49/2021 – SRP Processo nº 10277/2021		
Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Locação de Veículos Automotores; Abertura: 17/11/2021, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br ; Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís, 26 de outubro de 2021. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.		